



Simulado Final **ALERJ**

Especialista Legislativo - Nível IV
Administração Geral
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Administração Geral**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/odcUiYazUhgF3jtHA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/agrq>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

1. Assinale a única alternativa que apresente uma oração subordinada adverbial concessiva.

a) Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios.

b) Para se fazer entender, você precisa repetir uma mesma ideia até cansar. Por mais óbvia que seja.

c) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.

d) Quanto menos se fala, mais fácil fica de emendar.

e) Quem não consegue explicar o que faz em 15 minutos é porque não sabe o que está fazendo.

2. Assinale a única alternativa que apresente problema com a norma culta.

a) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que

a) tudo sobre apenas uma coisa.

b) Realizar é o princípio do conhecimento.

c) O que não se comprehende, não se possui.

d) O que se desconhece não se deseja.

e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

3. Assinale a única alternativa que não se apresente na voz passiva

a) O Brasil é governado por quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e aquisitivo.

b) A cortesia nada custa e com ela muito se ganha.

c) A cortesia é uma coisa excelente, porém com ela não se pagam as contas.

d) No Brasil, não se pratica filantropia — se pratica pilantropia.

e) Um só mestre de vícios, dizem, basta para que uma população se torne corrupta.

4. Um tipo de figura de retórica muito conhecido é a prosopopeia. Das seguintes frases, identifique a que exemplifica uma prosopopeia.

a) A consciência, esse espelho traiçoeiro, devolveu-lhe uma imagem que ele preferia não reconhecer, polida demais para ser honesta.

b) Sorriu com a gravidade de quem sabia que a virtude, quando exibida em excesso, costuma esconder pequenas corrupções domésticas.

c) O elogio caiu-lhe aos ouvidos como moeda falsa: brilhante à primeira vista, inútil no fundo do bolso.

d) Prometeu mudar de vida com a mesma convicção com que todos prometem antes de repetir o erro na semana seguinte.

e) A ambição cochichava-lhe conselhos ao pé do ouvido, paciente e insistente, como velha conhecida que não aceita despedida.

5. Naquela noite úmida de março de 1867, a Rua do Salitre estava tomada por intensa movimentação. As Variedades e o Circo Price, iluminados pelos bicos de gás tremeluzentes ao vento, anunciam uma noite de espetáculo destinada à alta sociedade. A casa estava cheia: diante da entrada, a multidão se comprimia em torno das bilheterias, formando um aglomerado inquieto e barulhento que se espalhava pela rua.

Sobre a sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

a) Texto narrativo que relata os acontecimentos de uma noite movimentada no circo.

b) Texto informativo que apresenta fatos ocorridos numa noite de março.

c) Texto publicitário que divulga atividades de um circo.

d) Texto descritivo que retrata o cenário de uma noite agitada em torno de um circo.

e) Texto injuntivo que sugere, de forma indireta, a ida ao circo.

6. “A ampliação do acesso à informação não garante, por si só, maior compreensão da realidade. Ao contrário, quando não acompanhada de critérios de análise, pode produzir confusão, superficialidade e falsas certezas.”

O método de raciocínio predominante no texto é:

- a) Dedutivo, pois parte de uma regra geral para explicar um caso particular.
- b) Indutivo, porque generaliza conclusões a partir de observações isoladas.
- c) Analógico, ao comparar explicitamente dois fenômenos distintos.
- d) Dialético, ao contrapor uma expectativa inicial a um efeito oposto.
- e) Enumerativo, ao listar consequências sem estabelecer relação lógica.

7. A crença de que a tecnologia, por si só, democratiza o conhecimento ignora um aspecto essencial do processo educativo: a mediação crítica. O simples acesso a plataformas digitais, conteúdos abundantes e ferramentas interativas não assegura aprendizagem significativa. Sem orientação, critérios de seleção e capacidade de reflexão, o excesso de informação tende a dispersar, superficializar e até distorcer a compreensão dos fatos. Assim, mais do que investir em recursos tecnológicos, é indispensável formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre aquilo que consomem.

A tese apresentada no texto é:

- a) A tecnologia ampliou de forma definitiva o acesso ao conhecimento nas sociedades contemporâneas.
- b) O excesso de informação disponível nas plataformas digitais compromete todo processo de aprendizagem.
- c) A mediação crítica é indispensável para que a tecnologia contribua efetivamente para a aprendizagem.
- d) As plataformas digitais devem substituir os métodos tradicionais de ensino.
- e) O investimento em recursos tecnológicos deve ser prioridade absoluta nas políticas educacionais.

8. A testemunha, homem experiente, declarou-se cansado de repetir os mesmos fatos diante do tribunal.

No texto acima ocorre:

- a) a silepse de número.
- b) a silepse de pessoa.
- c) a silepse de número e pessoa.
- d) a concordância por atração.
- e) a silepse de gênero

9. Assinale a alternativa em que ocorre participação do autor da frase.

- a) A maior virtude do homem é talvez a curiosidade.
- b) A curiosidade é, nas almas grandes e nobres, a primeira e última paixão.
- c) Nossa curiosidade é proporcional à nossa cultura.
- d) As coisas que as pessoas mais querem saber nunca são da conta delas.
- e) Nunca se farta o olho de olhar nem o ouvido.

10. Assinale a alternativa em que um termo ‘mesmo’ tem valor diferente dos demais.

- a) O mesmo aluno apresentou novamente a justificativa já analisada pela comissão.
- b) Amigo mesmo é aquele que não separa a briga, chega de voadora.
- c) A banca voltou a considerar o mesmo erro cometido por outros candidatos.
- d) Os avaliadores entrevistaram o mesmo candidato citado no recurso administrativo.
- e) A comissão rejeitou novamente a mesma justificativa analisada no processo inicial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Renato da Costa

11. Considere a planilha do Excel abaixo, utilizada por um setor administrativo para consulta de gratificações:

	A	B	C	D
1	(Matrícula)	(Nome)	(Cargo)	(Gratificação)
2	1001	Ana	Analista	1200
3	1002	Bruno	Técnico	800
4	1003	Carla	Analista	1200
5	1004	Diego	Coordenador	2000
6	1005	Elisa	Técnico	800

Na célula F2, foi digitada uma matrícula. Deseja-se, na célula G2, retornar o valor da gratificação correspondente. Caso a matrícula não exista, deve aparecer o texto "Matrícula inexistente".

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, utilizando a função PROCX.

- a) =PROCX(F2;A2:A6;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- b) =PROCX(A2:A6;F2;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- c) =PROCX(F2;D2:D6;A2:A6;"Matrícula inexistente")
- d) =PROCV(F2;A2:D6;4;FALSO;"Matrícula inexistente")
- e) =PROCX(F2;A2:D6;4;"Matrícula inexistente")

12. Um analista de um órgão público utiliza o Microsoft Excel para organizar uma planilha de controle de servidores, contendo, entre outras, as colunas Nome, Setor, Situação (Ativo/Inativo) e Pontuação. Ele deseja implementar as seguintes funcionalidades:

- destacar automaticamente, em cores, os servidores com pontuação abaixo de 60;
- permitir que o usuário visualize apenas os registros de um determinado setor;
- restringir o preenchimento da coluna Situação apenas aos valores "Ativo" ou "Inativo".

Considerando os recursos do Excel, assinale a alternativa que associa corretamente cada necessidade à sua respectiva funcionalidade.

- a) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Filtro.
- b) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Validação de Dados; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- c) Pontuação abaixo de 60 → Formatação Condicional; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Validação de Dados.
- d) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- e) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Validação de Dados.

13. Um analista de TI de um órgão público estava organizando documentos no Windows e tentou criar alguns arquivos por meio do Explorador de Arquivos. No entanto, alguns nomes não puderam ser aceitos pelo sistema operacional, pois violavam regras de nomenclatura de arquivos do Windows.

Considerando as restrições impostas pelo Windows para nomes de arquivos e pastas, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) relatorio_final_2026.docx
- b) dados.servidores.v1.xlsx
- c) controle<financeiro>.pdf
- d) backup-janeiro-2026.zip
- e) oficio 12_2026.txt

14. Durante a elaboração de um relatório extenso no Microsoft Word, um servidor deseja que, ao clicar em uma palavra no texto, o leitor seja levado automaticamente para um título específico localizado em outra parte do documento, facilitando a navegação interna.

O requisito principal é que o link seja criado para um elemento do próprio documento, sem necessidade de páginas externas ou endereços da internet.

Assinale a alternativa que indica o recurso mais adequado para atender a essa finalidade.

- a) Inserção de nota de rodapé.
- b) Criação de sumário automático.
- c) Utilização do recurso Referência cruzada, marcando a opção de inserção como hyperlink.
- d) Inserção de quebra de seção contínua.
- e) Uso da ferramenta Controlar Alterações.

15. Durante o desenvolvimento de um sistema interno, um analista precisou documentar a estrutura de um endereço web utilizado para acesso a um serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi apresentado o seguinte endereço fictício:

<https://www.aleri.rj.gov.br:8443/portal/servicos/consulta?id=125&tipo=oficio#resultado>

Considerando a estrutura de uma URL, assinale a alternativa que identifica corretamente todos os seus principais componentes.

- a)
 - Protocolo: https
 - Domínio: www.aleri.rj.gov.br
 - Porta: 8443
 - Caminho: /portal/servicos/consulta
 - Consulta (query string): id=125&tipo=oficio
 - Fragmento: resultado
- b)
 - Protocolo: www
 - Domínio: aleri

Porta: rj.gov.br

Caminho: https://portal/servicos

Consulta: 8443

Fragmento: resultado

c)

Protocolo: https

Domínio: aleri.rj.gov.br

Porta: /portal

Caminho: 8443/servicos

Consulta: id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

d)

Protocolo: https

Domínio: www.aleri.rj.gov.br

Porta: resultado

Caminho: /portal/servicos/consulta

Consulta: id=125&tipo=oficio

Fragmento: 8443

e)

Protocolo: www.aleri.rj.gov.br

Domínio: https

Porta: 8443

Caminho: /portal

Consulta: servicos/consulta?id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

16. Um órgão público está avaliando o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA generativa) para apoiar atividades como redação inicial de relatórios, criação de resumos automáticos, geração de imagens institucionais e apoio à programação. No estudo técnico, destacou-se que esse tipo de IA se diferencia de abordagens tradicionais por produzir novos conteúdos, em vez de apenas classificar ou prever rótulos.

Considerando os conceitos de IA generativa, assinale a alternativa correta.

- a) IA generativa limita-se à execução de regras previamente programadas, sem empregar modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados.
- b) IA generativa tem como principal objetivo a classificação de dados rotulados, não sendo capaz de criar novos textos, imagens ou sons.
- c) IA generativa baseia-se em modelos capazes de aprender padrões a partir de grandes conjuntos de dados e gerar novos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou códigos, de forma probabilística.
- d) IA generativa é composta exclusivamente por sistemas especialistas simbólicos, sem uso de redes neurais ou modelos de linguagem.
- e) IA generativa produz sempre resultados determinísticos, idênticos para a mesma entrada, não envolvendo processos estocásticos.

17. Um setor de planejamento de um órgão público está elaborando um relatório gerencial com diferentes objetivos de visualização de dados, conforme descrito a seguir:

- I. Comparar quantidades entre categorias distintas (por exemplo, número de processos por setor).
- II. Analisar a evolução de um indicador ao longo do tempo (por exemplo, despesas mensais).
- III. Apresentar a participação percentual de cada categoria em um total (por exemplo, distribuição do orçamento).

IV. Avaliar a distribuição e dispersão de valores, destacando mediana, quartis e possíveis outliers.

Considerando as boas práticas de visualização e análise de dados, assinale a alternativa que associa corretamente cada objetivo ao tipo de gráfico mais adequado.

- a) I – gráfico de linhas; II – gráfico de pizza; III – histograma; IV – gráfico de barras.
- b) I – gráfico de barras; II – gráfico de linhas; III – gráfico de pizza; IV – boxplot (diagrama de caixa).
- c) I – histograma; II – gráfico de colunas; III – boxplot; IV – gráfico de pizza.
- d) I – gráfico de setores; II – histograma; III – gráfico de linhas; IV – gráfico de colunas.
- e) I – boxplot; II – gráfico de barras; III – histograma; IV – gráfico de pizza.

18. Durante a edição de um relatório no Microsoft Word, um servidor deseja aplicar rapidamente alguns comandos por meio de atalhos de teclado. Considere as ações a seguir:

- I. Salvar o documento.
- II. Selecionar todo o conteúdo do documento.
- III. Aplicar negrito ao texto selecionado.
- IV. Localizar uma palavra no documento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre ação e atalho, respectivamente.

- a) I – Ctrl + N; II – Ctrl + T; III – Ctrl + I; IV – Ctrl + F
- b) I – Ctrl + B; II – Ctrl + A; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- c) I – Ctrl + S; II – Ctrl + T; III – Ctrl + B; IV – Ctrl + P
- d) I – Ctrl + B; II – Ctrl + T; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- e) I – Ctrl + Shift + S; II – Ctrl + L; III – Ctrl + U; IV – Ctrl + H

19. Um servidor de um órgão público está elaborando uma apresentação institucional no Microsoft PowerPoint e precisa garantir que todos os slides sigam o mesmo padrão visual, incluindo logotipo no rodapé, fonte padronizada, cores institucionais e posição fixa de títulos. Além disso, ele deseja que futuras alterações nesse padrão sejam refletidas automaticamente em todos os slides da apresentação.

Considerando os recursos do PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações devem ser feitas individualmente em cada slide, pois o PowerPoint não possui recurso centralizado para controle de layout e formatação.
- b) O recurso Slide Mestre permite definir elementos visuais e formatações globais que se aplicam aos slides vinculados, facilitando a padronização e a atualização automática.
- c) O Slide Mestre serve apenas para controlar animações e transições, não afetando cores, fontes ou objetos gráficos.
- d) O uso do Slide Mestre elimina a possibilidade de personalizar slides específicos, pois todos ficam permanentemente bloqueados ao mesmo formato.
- e) O Slide Mestre é utilizado exclusivamente para criar o sumário automático da apresentação.

20. Um órgão público passou a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar atividades como triagem de requerimentos, análise preliminar de documentos e elaboração de minutias. Durante a implantação, a comissão responsável destacou a necessidade de observância de princípios éticos, a fim de evitar riscos como discriminação, falta de transparência e uso indevido de dados.

Considerando boas práticas éticas no uso da IA, assinale a alternativa correta.

- a) Sistemas de IA, uma vez treinados, são intrinsecamente imparciais, dispensando monitoramento humano.

- b) A adoção de IA em órgãos públicos autoriza automaticamente o uso irrestrito de dados pessoais, independentemente de finalidade ou consentimento.
- c) O uso ético da IA envolve princípios como transparência, responsabilidade, proteção de dados, mitigação de vieses e supervisão humana.
- d) A ética em IA limita-se à eficiência computacional dos algoritmos, não se relacionando a impactos sociais ou direitos fundamentais.
- e) Para garantir neutralidade, recomenda-se impedir qualquer explicação sobre o funcionamento dos sistemas de IA ao usuário final.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Durante uma perseguição policial a um veículo em fuga, um dos disparos de arma de fogo efetuado por um agente de segurança pública atingiu e feriu gravemente um pedestre que transitava pela calçada, sem qualquer envolvimento com o crime. A família da vítima pretende buscar reparação do Estado pelos danos sofridos. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, exigindo apenas a demonstração do dano e do nexo causal entre este e a conduta estatal.
- c) Inexistente, pois o agente agiu em estrito cumprimento do dever legal, uma excludente de responsabilidade.
- d) Subsidiária, devendo a vítima primeiro acionar judicialmente o agente policial para depois, em caso de insolvência, acionar o Estado.
- e) Objetiva, sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente de nexo causal.

22. Um Prefeito Municipal, com base em seu poder discricionário, nomeou um cidadão para o cargo em comissão de Secretário de Obras. O ato de nomeação, devidamente publicado, continha todos os elementos necessários: agente competente, finalidade pública, forma prescrita em lei, motivo congruente e objeto lícito. Em relação aos atributos do ato administrativo, essa nomeação:

- a) Goza de presunção de legitimidade e veracidade, mas não possui autoexecutoriedade.
- b) É um ato com imperatividade, mas sem presunção de legitimidade até que seja validado pelo Legislativo.
- c) Possui exigibilidade, mas sua eficácia depende de homologação judicial.
- d) Não possui tipicidade, pois é um ato discricionário.
- e) Goza de autoexecutoriedade, impondo ao nomeado sua posse obrigatória.

23. Durante a execução de um contrato de obra pública, foi constatada a necessidade de modificar o projeto original para melhor adequação técnica. A alteração implicaria um acréscimo de 30% no valor inicial atualizado do contrato. O fiscal do contrato questionou a legalidade desse acréscimo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa alteração contratual é:

- a) Permitida, pois os acréscimos em contratos de obra podem chegar a 50% do valor inicial.
- b) Permitida, desde que haja concordância do contratado, pois o limite para acréscimos é de 25% para obras, mas pode ser expandido por acordo.
- c) Permitida, pois a lei não estabelece limites percentuais para alterações qualitativas, apenas para as quantitativas.
- d) Vedada, pois o limite máximo para acréscimos em contratos de obra é de 25% do valor inicial atualizado.
- e) Vedada, pois qualquer alteração que modifique o valor do contrato exige a realização de uma nova licitação.

24. Um hospital público necessita contratar, de forma contínua, diversos laboratórios para a realização de exames clínicos complexos, pois não possui estrutura para atender toda a demanda. O hospital pretende que todos os laboratórios que atendam aos requisitos mínimos de qualificação possam ser contratados pela tabela de preços definida pelo poder público. O procedimento auxiliar de licitação adequado para essa situação é:

- a) Pré-qualificação.
- b) Credenciamento.
- c) Procedimento de manifestação de interesse.
- d) Sistema de registro de preços.
- e) Leilão reverso.

25. Um fiscal municipal, no exercício regular de sua função, adentra um estabelecimento comercial aberto ao público para verificar o alvará de funcionamento e as condições de segurança. O proprietário do estabelecimento se opõe à fiscalização, alegando violação de propriedade. A prerrogativa que permite ao fiscal realizar tal inspeção, mesmo sem autorização judicial e contra a vontade do proprietário, deriva diretamente do:

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder disciplinar.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder de polícia.
- e) Poder vinculado.

26. Um servidor público responsável pelo setor de compras de um órgão federal recebeu, de um empresário, um veículo de luxo como "presente" para agilizar a liberação de pagamentos devidos à empresa por um contrato já executado. O servidor, de fato, utilizou sua influência para acelerar os trâmites internos, que ocorreram em conformidade com a lei, apenas de forma mais célere. A conduta do servidor caracteriza ato de improbidade administrativa:

- a) Que atenta contra os princípios, pois violou o dever de imparcialidade, mas sem enriquecimento ilícito, pois o presente foi uma doação.
- b) Que causa prejuízo ao erário, pois a aceleração do pagamento pode ter gerado custos de oportunidade para a Administração.
- c) Que importa enriquecimento ilícito, consistente em receber vantagem econômica indevida para facilitar ato da administração.
- d) Atípica, pois não houve prejuízo ao erário e o ato praticado (liberação do pagamento) era lícito e devido.
- e) Que só poderia ser punida na esfera penal por corrupção passiva, não na de improbidade.

27. Um empresário, proprietário de uma construtora, induziu dolosamente um fiscal de obras de um município a aprovar a medição de uma etapa da obra que não havia sido concluída, prometendo-lhe uma vantagem futura. O fiscal, concordando, atestou falsamente a conclusão, gerando um pagamento indevido à construtora e, consequentemente, prejuízo ao erário. Na ação de improbidade administrativa, o empresário:

- a) Não pode ser réu, pois a ação se destina apenas a agentes públicos.
- b) Pode ser réu, pois a lei estende suas disposições àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para o ato.
- c) Responde apenas pelo ressarcimento do dano, mas não pelas outras sanções, que são exclusivas de agentes públicos.

d) Só pode ser réu se for sócio-gerente da empresa, não apenas proprietário.

e) Responde na esfera criminal por corrupção, mas não na de improbidade, por ser um particular.

28. Gilnara, estudando sobre as características dos órgãos públicos, afirmou corretamente que:

- a) Possuem personalidade jurídica própria, podendo celebrar contratos em nome próprio.
- b) São centros de competência despersonalizados resultantes da desconcentração, podendo se fazer presentes na administração direta ou na indireta.
- c) Detêm autonomia política para legislar sobre matérias de sua competência.
- d) Em regra, possuem capacidade processual plena para figurar em qualquer polo de ação judicial.
- e) Integram exclusivamente a estrutura da administração direta.

29. A sociedade empresária Alfa, concessionária responsável pelo serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, tem recebido constantes reclamações dos usuários sobre a superlotação dos veículos e o descumprimento dos horários. A agência reguladora responsável notificou a empresa, alegando que tais falhas configuram a prestação de serviço inadequado. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, um serviço é considerado adequado quando satisfaz, entre outras, as condições de:

- a) previsibilidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- b) Universalidade, gratuidade e eficiência.
- c) Continuidade, eficiência e segurança.
- d) Pessoalidade, discricionariedade e regularidade.
- e) Lucratividade para o concessionário, conforto e pontualidade.

30. A respeito do Controle da Administração, considere:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido mediante auxílio do poder legislativo de cada ente.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente, popularmente denominada “sabatina de autoridades”, é classificado como controle parlamentar direto de natureza política.
- III – O julgamento, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, das contas dos responsáveis por dinheiros públicos caracteriza controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Tibério é brasileiro naturalizado, mas um grande admirador de culturas de outros países. Com 33 anos de idade decidiu que iria se desprender do seu passado e viver em outro país. Com o calor da emoção também decidiu renunciar à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção de uma outra nacionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) Tibério em nenhuma hipótese poderia renunciar a nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.

c) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 2 nacionalidades.

d) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério poderia ser candidato a presidência da república.

e) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério não poderia ser candidato a Governador.

32. Com base no artigo 66 da Constituição Estadual do RJ, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto aos símbolos do estado.

- () bandeira.
- () hino.
- () selos.
- () brasão.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – F – V.
- e) V – F – V – V.

33. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas suprategais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

34. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.

b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.

c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.

d) Assembleia Legislativa do RJ.

e) o Procurador-Geral de Justiça.

35. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução, e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

36. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, e ainda que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites do poder executivo que não poderia jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo que está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo e pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.
- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

37. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).

b) ação civil pública que será julgada pelo STF.

c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.

d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.

e) ação popular que será julgada pelo STJ.

38. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria do Superior Tribunal de Justiça. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Tribunal Federal de Recursos.

39. O Estado Beta editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº Y é inconstitucional.
- b) Lei nº X é inconstitucional.
- c) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
- d) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.
- e) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.

40. Após a obtenção de sua independência em relação ao país Delta, as lideranças políticas do país Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que tem como característica esse poder constituinte de ser

- a) extrajurídico.
- b) de direito.
- c) derivado.
- d) decorrente.
- e) pós-fundacional.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DECRETO N° 43.583/2012) E ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (DECRETO-LEI N° 220/1975) E SEU REGULAMENTO (DECRETO N° 2.479/1979)

Tiago Zanolla

41. João é servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro e foi nomeado para exercer um cargo em comissão na Administração Direta. Ao assumir a nova função, surgiram dúvidas quanto à sua remuneração, aos reflexos previdenciários e à relação com o cargo efetivo que ocupa.

Com base no Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão é obrigado a perceber exclusivamente o vencimento do cargo em comissão, perdendo temporariamente o adicional por tempo de serviço.
- b) O servidor efetivo pode optar entre o vencimento do cargo em comissão ou a remuneração do cargo efetivo acrescida de gratificação de 70%, sem prejuízo do adicional por tempo de serviço calculado sobre o cargo efetivo.
- c) O servidor contratado que assume cargo em comissão poderá optar pelo regime remuneratório

mais vantajoso, nos mesmos moldes do servidor efetivo.

d) O servidor inativo, quando provido em cargo em comissão, deverá optar entre o provento da aposentadoria ou o vencimento do cargo em comissão.

e) A posse em cargo em comissão não implica afastamento do cargo efetivo, salvo se houver vedação expressa da autoridade competente.

42. Carlos é funcionário público estadual e, ao longo do ano, passou por diferentes situações funcionais: respondeu a processo disciplinar, sofreu atrasos no expediente e também teve faltas injustificadas. Diante disso, a Administração passou a efetuar descontos em sua remuneração.

Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, assinale a alternativa CORRETA quanto à hipótese de desconto aplicada ao servidor.

- a) No cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, o servidor deixará de receber dois terços do vencimento e das vantagens enquanto durar a pena.
- b) Durante o afastamento por suspensão preventiva ou recolhimento à prisão por ordem judicial, ainda que não haja condenação definitiva, o servidor deixará de receber integralmente o vencimento e as vantagens, sem direito à restituição futura.
- c) O servidor que faltar ao serviço em um dia específico terá descontado apenas um terço do vencimento e das vantagens correspondentes àquele dia.
- d) Caso o servidor compareça ao serviço após 60 minutos do início do expediente ou se ausente, sem autorização, por mais de 60 minutos, sofrerá desconto de um terço do vencimento e das vantagens do dia.
- e) O servidor que chegar ao serviço dentro dos 60 minutos seguintes ao início do expediente ou se ausentar, sem autorização, por período inferior a 60 minutos, perderá a totalidade do vencimento e das vantagens do dia.

43. Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479/1979), acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A advertência é aplicada por escrito nos casos de negligência, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.
- b) A repreensão é aplicada verbalmente em casos de desobediência ou reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
- c) A suspensão será aplicada nos casos de falta grave, desrespeito a proibições que não ensejam demissão ou reincidência em falta já punida com repreensão.
- d) A destituição de função somente pode ser aplicada quando o servidor for reincidente em falta grave punida com suspensão.
- e) Apenas as penas de suspensão e destituição de função devem ser registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

44. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583), considera-se servidor público, para fins éticos, aquele que:

- a) Exerce cargo público efetivo ou em comissão, desde que perceba remuneração e possua vínculo permanente com a Administração Direta.
- b) Presta serviços exclusivamente à Administração Direta do Estado, mediante vínculo estatutário, ainda que sem remuneração.
- c) Presta serviços à Administração Pública direta ou indireta apenas quando houver contrato formal e remuneração previamente fixada.
- d) Presta serviços, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, em órgãos ou entidades onde prevaleça o interesse estatal.

e) Atua exclusivamente em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

45. À luz das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É admitido ao servidor utilizar informações obtidas no exercício do cargo em benefício de terceiros, desde que não haja vantagem econômica direta para si.
- b) O servidor pode solicitar vantagem de qualquer espécie, desde que destinada a terceiro e vinculada ao interesse público.
- c) É vedado ao servidor utilizar o cargo para obter favorecimento, ainda que o benefício não seja destinado a si próprio.
- d) O servidor somente incorre em infração ética se alterar documento público com a finalidade de obter vantagem financeira.
- e) A conduta de dificultar o exercício regular de direito de terceiros somente configura infração ética se causar dano material, não sendo relevante o dano moral.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO N° 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO N° 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Com base nas disposições do Regimento Interno acerca das sessões legislativas da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões legislativas ordinárias ocorrem exclusivamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho, sendo as reuniões realizadas no segundo semestre sempre de natureza extraordinária.
- b) As sessões legislativas extraordinárias independem de convocação formal, podendo ocorrer automaticamente fora do período ordinário.
- c) A primeira, a segunda e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura são precedidas de sessões preparatórias.
- d) As reuniões previstas para as sessões legislativas ordinárias, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, são canceladas e deverão ser redesignadas por ato da Mesa Diretora.
- e) As sessões legislativas ordinárias realizam-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro, sendo que a primeira e a terceira são precedidas de sessões preparatórias, e as reuniões que coincidirem com sábados, domingos ou feriados são transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

47. À luz das disposições regimentais relativas à diplomação, posse e sessão preparatória dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O candidato diplomado a Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa Diretora, exclusivamente de forma pessoal, até o dia 1º de fevereiro do ano da instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) Compete à Mesa Diretora organizar a relação dos Deputados diplomados, devendo tal relação ser concluída após a instalação da sessão de posse.
- c) As declarações de bens apresentadas no ato da posse deverão ser renovadas antes da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

d) A sessão preparatória dos Deputados Estaduais diplomados ocorrerá às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, sendo dirigida, preferencialmente, pelo último Presidente reeleito Deputado.

e) Na ausência do último Presidente reeleito, a direção da sessão preparatória caberá ao Deputado mais idoso, independentemente do número de legislaturas exercidas.

48. Conforme o Regimento Interno, no que se refere ao prazo para a posse dos Deputados Estaduais e ao compromisso regimental, assinale a alternativa correta.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, improrrogável, contado da diplomação, em qualquer hipótese.
- b) Em caso de convocação de suplente, o prazo para posse será contado da diplomação, sendo sempre exigida a renovação do compromisso.
- c) Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, contado da primeira sessão preparatória, da diplomação ou da ocorrência do fato que a ensejar, conforme o caso.
- d) O suplente de Deputado está dispensado de prestar compromisso apenas quando assumir o mandato durante a mesma sessão legislativa em que já o tenha feito.
- e) A prorrogação do prazo para posse depende de iniciativa da Mesa Diretora, não sendo admitido requerimento do interessado.

49. À luz do Regimento Interno, no que se refere à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

a) A Mesa Diretora é órgão singular, competindo ao Presidente, de forma exclusiva, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia.

b) A Mesa Diretora delibera por unanimidade de seus membros e é composta exclusivamente por parlamentares com direito a voto, na condição de membros efetivos ou suplentes.

c) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais, todos efetivos e com direito a voto, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por sete de seus membros efetivos.

d) O membro da Mesa Diretora que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas perderá automaticamente o lugar, independentemente da existência de causa justificadora.

e) Compete à Mesa Diretora exclusivamente decidir sobre requerimentos de licença dos Deputados, vedada a manifestação sobre quaisquer outros temas regimentais.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

50. Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CE/RJ), analise as afirmativas a seguir:

I. Compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar o Governador a ausentar-se do Estado por mais de 10 dias, desde que a saída seja do território nacional.

II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos

de governo e proceder à tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucional.

III. A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa pode ocorrer a requerimento do Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas a afirmativa II está correta.

c) Apenas a afirmativa III está correta.

d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

51. Diante de uma grave crise no serviço de saneamento básico do município Alfa, com risco iminente à saúde pública devido à má operação da concessionária, o poder concedente decidiu assumir temporariamente a gestão do serviço para garantir sua adequada prestação. Essa medida foi tomada para apurar as falhas e regularizar a operação. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, essa assunção temporária do serviço pelo poder concedente denomina-se:

a) Caducidade.

b) Encampação.

c) Reversão.

d) Intervenção.

e) Requisição administrativa

52. Os tribunais superiores têm considerado inviável a inscrição de Estado-membro em cadastros restritivos em virtude de irregularidades ocorridas em gestão anterior, caso a gestão sucessora tome as providências necessárias ao resarcimento dos danos patrimoniais observados, assim como a imposição de restrições ao ente federativo pelo descumprimento praticado pelo Poder Legislativo.

Assinale a assertiva abaixo que elenca o princípio no qual se fundamenta o referido entendimento:

- a) princípio da autotutela.
- b) princípio da eficiência.
- c) princípio da especialidade.
- d) princípio da intranscendência subjetiva das sanções.
- e) princípio da precaução.

53. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) pretende realizar uma licitação de grande vulto para a modernização dos sistemas de controle de tráfego aéreo, objeto considerado de alta complexidade técnica. Para garantir que apenas empresas com capacidade técnica comprovada participem da fase de propostas, a ANAC planeja realizar uma análise prévia da qualificação dos interessados. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o procedimento auxiliar indicado para essa finalidade é a:

- a) Audiência pública.
- b) Consulta pública.
- c) Pré-qualificação.
- d) Credenciamento.
- e) Manifestação de interesse

54. Determinada sociedade empresária que atua como concessionária de rodovias foi condenada a indenizar um motorista que sofreu um acidente devido a um animal que invadiu a pista. A empresa, por sua vez, pretende ação regressivamente o Estado, alegando que a responsabilidade pela guarda de animais é do poder público. Com base no entendimento do STF, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público:

- a) Não respondem objetivamente, aplicando-se a elas a teoria da responsabilidade subjetiva.
- b) Respondem objetivamente apenas pelos danos causados a usuários do serviço, não a terceiros não usuários.
- c) Respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sejam eles usuários ou não usuários do serviço.
- d) Possuem responsabilidade integral, não podendo invocar culpa exclusiva da vítima como excludente.
- e) Respondem objetivamente, mas não têm direito de regresso contra o Estado em nenhuma hipótese

55. Um fiscal sanitário, ao inspecionar o restaurante Gama, constatou a presença de alimentos estragados e condições de higiene precárias, representando risco iminente à saúde pública. Imediatamente, o fiscal lavrou um auto de infração e determinou a interdição cautelar do estabelecimento. Esse ato de interdição, praticado pelo fiscal, pode ser classificado, quanto à sua formação, como um:

- a) Ato complexo, pois depende da homologação do Secretário de Saúde.
- b) Ato composto, pois é a soma da vontade do fiscal e do dono do restaurante.
- c) Ato simples, pois resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal.
- d) Ato bilateral, pois cria obrigações para ambas as partes.
- e) Ato de gestão, pois não envolve prerrogativas públicas

56. A Administração Pública concedeu a um servidor licença para tratar de interesses particulares. Dois anos depois, uma auditoria interna constatou que o servidor não preenchia um dos requisitos legais para a concessão da licença no momento em que a requereu. Diante dessa ilegalidade, a Administração decidiu tornar sem efeito o ato de concessão da licença. Essa forma de extinção do ato administrativo é denominada:

- a) Revogação.
- b) Cassação.
- c) Anulação.
- d) Caducidade.
- e) Contraposição

57. Determinado servidor público foi demitido após processo administrativo disciplinar. O ato de demissão foi assinado por João. Contudo, a lei que rege o processo disciplinar estabelece que a competência para demitir servidores daquela carreira é da autoridade máxima daquele Poder, atualmente exercida por Maria. Considerando que o víncio é exclusivamente de competência e que não se trata de competência exclusiva, tal ato:

- a) É nulo e não pode ser corrigido, devendo ser anulado.
- b) É anulável e pode ser convalidado por Maria, autoridade originalmente competente.
- c) É inexistente, pois foi praticado por autoridade manifestamente incompetente.
- d) É válido, pois João age por delegação de Maria.
- e) É válido, pois se aplica o princípio da instrumentalidade das formas

58. Uma lei do município Alfa proíbe o funcionamento de bares após as 23h. Um fiscal constata que um bar está aberto à 1h da manhã e, com base na referida lei, determina o fechamento imediato do estabelecimento. Nessa situação, a atuação do fiscal é um exemplo de exercício de poder:

- a) Discricionário, pois ele poderia escolher entre fechar o bar ou apenas multar.
- b) Vinculado, pois a lei não lhe deu outra opção a não ser determinar o fechamento.
- c) Regulamentar, pois ele está aplicando um regulamento municipal.
- d) Disciplinar, pois está punindo a indisciplina do proprietário.
- e) Hierárquico, pois está cumprindo uma ordem superior

59. O Presidente de um Tribunal de Justiça nomeou sua sobrinha, formada em direito e com experiência na área, para exercer um cargo em comissão de assessora em seu gabinete. A nomeação foi questionada sob a alegação de nepotismo. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, tal conduta:

- a) Não é improbidade, pois o cargo é de natureza política e de livre nomeação.
- b) Configura ato de improbidade que atenta contra os princípios, caso aferido o dolo com finalidade ilícita, independentemente da qualificação técnica da nomeada.
- c) Só seria improbidade se a nomeada não tivesse qualificação para o cargo.
- d) É improbidade que causa prejuízo ao erário, pois o salário será pago indevidamente.
- e) Não é improbidade, pois a Súmula Vinculante nº 13 do STF não se aplica a cargos de natureza política

60. O Tribunal de Contas da União (TCU), ao fiscalizar a execução de um contrato de grande vulto celebrado por um Ministério, identificou um sobrepreço significativo e determinou, cautelarmente, sua suspensão. Concomitantemente, após ter oportunizado o contraditório, aplicou multa ao gestor responsável. A respeito do controle exercido pelo Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta:

- a) O TCU exerce controle jurisdicional, e suas decisões fazem coisa julgada, não podendo ser revistas pelo Poder Judiciário.
- b) A competência do TCU para sustação de contratos é ato terminativo que independe de manifestação do Congresso Nacional.
- c) O TCU exerce controle externo de natureza administrativa e, no caso de contrato, deve comunicar sua decisão ao Congresso Nacional, que poderá solicitar ao Executivo as medidas cabíveis.
- d) A aplicação de multa ao gestor é de competência exclusiva do Poder Judiciário, cabendo ao TCU apenas recomendar a sanção.
- e) O controle do TCU é meramente opinativo, limitando-se a elaborar pareceres para o Poder Legislativo

a) A norma é constitucional, desde que interpretada para vedar aos voluntários o desempenho de atividades típicas ou similares às atribuições de membros e servidores.

b) A norma é inconstitucional, pois serviço voluntário em órgão público somente pode existir mediante lei complementar federal específica, ainda que os voluntários não desempenhem atividades similares às dos servidores.

c) A norma é inconstitucional, porque qualquer atividade técnica em órgão público caracteriza vínculo de emprego e exige concurso público.

d) A norma é constitucional apenas se houver pagamento de bolsa mensal, pois a gratuidade descaracteriza o interesse público e o vínculo.

e) A norma é constitucional, ainda que permita ao voluntário atuar em tarefas equivalentes às de servidores, se houver supervisão direta.

62. Segundo a doutrina, princípios e regras possuem regimes distintos de aplicação e solução de conflitos. São afirmações compatíveis com essa distinção, EXCETO

- a) As regras têm aplicação absoluta em modelo tudo ou nada.
- b) Os princípios funcionam como argumentos para orientar a decisão.
- c) Para Alexy, princípios demandam realização na maior medida possível.
- d) A colisão entre princípios resolve-se, no caso concreto, por ponderação.
- e) Na colisão de princípios, um deles necessariamente é invalidado no sistema.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

61. O Estado Gama edita lei instituindo programa de serviço voluntário no Ministério Público local, prevendo atuação de voluntários em atividades descritas como funções técnicas e de assessoramento de interesse da Administração. A associação de servidores sustenta que a norma invade competência legislativa federal sobre direito do trabalho e cria risco de substituição de membros e servidores por mão de obra gratuita, além de afrontar a moralidade e eficiência. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

63. Sobre a competência para julgar a abusividade de greve envolvendo servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Compete à Justiça do Trabalho julgar a abusividade de greve de servidores públicos estatutários, pois toda greve envolve conflito trabalhista.
- b) Compete à Justiça comum julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações.
- c) Compete ao STF julgar, em ação originária, a abusividade de greve de servidores públicos, em razão da relevância do serviço público.
- d) Compete à Justiça eleitoral julgar a abusividade de greve de servidores públicos, já que a paralisação pode afetar direitos políticos.
- e) Compete ao STJ julgar a abusividade de greve de servidores públicos estaduais, para uniformizar o entendimento e preservar a Federação.

64. No controle concentrado de constitucionalidade, o tribunal pode, em caráter excepcional, restringir ou definir a eficácia temporal de sua decisão por razões como segurança jurídica e excepcional interesse social. Essa técnica denomina-se

- a) recepção.
- b) modulação de efeitos.
- c) reprimirização.
- d) mutação constitucional.
- e) desconstitucionalização.

65. No que tange ao controle de constitucionalidade, especificamente sobre a cláusula de reserva de plenário e a atuação dos Tribunais, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições da CF/1988

- a) A decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência no caso concreto, não viola a cláusula de reserva de plenário.
- b) É dispensável a reserva de plenário quando a questão de constitucionalidade já houver sido decidida pelo plenário do próprio tribunal ou pelo órgão especial, ou, ainda, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Ministério Público, em sede de ação civil pública, não possui legitimidade para suscitar o controle incidental de constitucionalidade, sob pena de usurpação da competência do STF para o controle abstrato.
- d) No âmbito do controle de constitucionalidade estadual, o Tribunal de Justiça não pode utilizar normas da CF/1988 como parâmetro de controle, ainda que sejam normas de reprodução obrigatória, sob pena de nulidade absoluta por incompetência ratione materiae.
- e) A declaração de inconstitucionalidade de uma norma por tribunal de segunda instância, em controle difuso, produz efeitos erga omnes e vinculantes imediatos, independentemente de comunicação ao Senado Federal.

66. Um professor, em aula preparatória para carreiras jurídicas, afirma que o *habeas corpus* foi incorporado ao constitucionalismo brasileiro desde o final do século XIX e permaneceu reconhecido nas Constituições posteriores, embora tenha havido período de restrição durante regime autoritário. Um aluno sustenta que, por ser instituto de natureza processual penal, sua existência não depende de previsão constitucional, bastando disciplina infraconstitucional. Considerando o panorama histórico-constitucional e o tratamento atual do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O *habeas corpus* surgiu no Brasil apenas com a Constituição de 1988, pois antes era medida de legalidade restrita à justiça criminal.
- b) O *habeas corpus* foi constitucionalizado no Brasil no século XIX, permaneceu nas Constituições seguintes e hoje tem previsão expressa na CF/1988.
- c) O *habeas corpus* não é garantia constitucional, pois depende exclusivamente do Código de Processo Penal, que define hipóteses e limites de cabimento.
- d) O *habeas corpus* foi abolido definitivamente no período autoritário e reintroduzido somente por legislação ordinária posterior, sem status constitucional.
- e) O *habeas corpus* é garantia constitucional, mas sua previsão histórica é irrelevante, pois nunca sofreu restrição formal em períodos de exceção.

67. O Tribunal de Justiça do Estado Gama editou ato interno prevendo afastamento cautelar automático de magistrado, por decisão monocrática do Corregedor, sempre que instaurado procedimento disciplinar. No mesmo contexto, um juiz substituto foi removido compulsoriamente para outra comarca por conveniência administrativa, sem deliberação colegiada e sem possibilidade de defesa prévia. Paralelamente, o magistrado afastado ministra aulas em duas pós-graduações jurídicas, realiza palestras remuneradas e oferece coaching individual para candidatos a concursos, sustentando que se trata de atividade docente.

Assinale a alternativa correta.

- a) A remoção compulsória do juiz substituto é válida, pois a inamovibilidade exige vitaliciedade; o afastamento cautelar pode ser criado por ato interno do tribunal; o coaching é atividade docente e o magistério deve ser único.
- b) A remoção do juiz substituto exige sentença judicial; o afastamento cautelar pode ser instituído por resolução do CNJ; o coaching é permitido se eventual; o magistério pode ser múltiplo sem condicionantes.
- c) A remoção por interesse público somente pode ser determinada pelo CNJ; o afastamento cautelar é sempre constitucional; o coaching equivale a docência; o magistério é vedado para preservar imparcialidade.
- d) A inamovibilidade alcança juiz substituto e a remoção por interesse público depende de decisão colegiada por maioria absoluta, com ampla defesa; afastamento cautelar exige lei em sentido formal e material; é possível mais de uma atividade de magistério compatível, mas coaching é vedado.
- e) A remoção do juiz substituto pode ocorrer por maioria simples do tribunal; o afastamento cautelar é automático com a instauração do procedimento; palestras e coaching sempre se enquadram como docência; o magistério dispensa compatibilidade com a jurisdição.

68. Durante a noite, policiais recebem mensagem anônima informando que haveria drogas guardadas no quarto de um hotel, já locado por um hóspede. Sem diligências prévias, e sem mandado judicial, os agentes pedem ao gerente que abra a porta, ingressam no quarto e apreendem entorpecentes e objetos pessoais do hóspede. Paralelamente, a Administração instaura processo administrativo disciplinar contra um servidor, com base apenas na mesma denúncia anônima, sem sindicância ou investigação prévia.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência pertinente, assinale a alternativa correta.

- a) A apreensão é válida, pois o hotel não se equipara a casa, e o processo disciplinar é inválido, pois denúncia anônima nunca pode fundamentar apuração administrativa.
- b) A apreensão é inválida, pois o ingresso noturno exige sempre mandado judicial, e o processo disciplinar é válido, ainda que instaurado sem qualquer apuração preliminar.
- c) A apreensão é válida, pois a descoberta posterior das drogas confirma o flagrante, e o processo disciplinar é inválido, pois somente denúncia identificada autoriza a abertura do procedimento.
- d) A apreensão é válida, pois o gerente pode consentir em nome do hóspede, e o processo disciplinar é válido, desde que a denúncia anônima descreva fatos detalhados.
- e) A apreensão é inválida, pois faltaram elementos prévios que configurassem fundadas razões e o consentimento do gerente não supre o do ocupante, e o processo disciplinar exige motivação e amparo em apuração prévia.

69. Uma confederação sindical sustenta que a rápida adoção de sistemas automatizados em diversos setores econômicos tem gerado dispensas em massa e reestruturações profundas, sem que exista disciplina legal específica voltada à proteção do trabalhador diante desses impactos. Afirma que a Constituição assegura esse tipo de proteção, mas que o Congresso Nacional permanece inerte por décadas. Diante disso, ajuíza ação de controle concentrado por omissão, pedindo providências efetivas para superar a inércia legislativa. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A ação deve ser rejeitada, pois omissões legislativas relativas a direitos sociais não são sindicáveis em controle concentrado.
- b) A ação deve ser julgada improcedente, pois a proteção diante da automação é matéria livre e não impõe dever constitucional de legislar.
- c) A ação deve ser julgada procedente, mas o STF deve apenas comunicar a omissão, sem estabelecer qualquer prazo ao Legislativo.
- d) A ação deve ser julgada procedente, cabendo ao STF editar regras completas e imediatamente aplicáveis para disciplinar o tema.
- e) A ação deve ser julgada procedente, com reconhecimento de mora legislativa e fixação de prazo para o Congresso editar disciplina legal.

70. A Constituição de determinado estado prevê que, nas vagas do tribunal de contas cuja indicação cabe ao governador, a nomeação seguirá a seguinte lógica: uma vaga de livre escolha e duas vagas alternadas entre auditores e membros do Ministério Público junto ao tribunal de contas. O mesmo texto também impõe, para a substituição de conselheiros por auditores, requisitos adicionais de tempo mínimo de serviço no próprio tribunal e ausência de punição disciplinar, além de admitir que outras carreiras internas sejam tratadas como auditores para fins de substituição. À luz da orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A disciplina estadual é válida, admite inverter a sequência das vagas e exigir tempo mínimo local para auditor atuar como substituto.
- b) A disciplina estadual é parcialmente inválida, afasta só o tempo mínimo, mas permite tratar como auditor qualquer cargo técnico do tribunal.
- c) A disciplina estadual é parcialmente inválida, impede inverter a sequência e criar requisitos extras, e restringe auditor ao auditor substituto.
- d) A disciplina estadual é parcialmente válida, preserva a sequência do texto local, afasta requisitos extras e autoriza substituição por servidor efetivo.
- e) A disciplina estadual é inválida integralmente, pois ordem de indicação e substituição no tribunal de contas dependem de lei federal.

TÉCNICA LEGISLATIVA

Emerson Bruno

71. No processo de elaboração das leis, a técnica legislativa estabelece critérios formais destinados a assegurar clareza, sistematicidade e adequada identificação dos atos normativos. À luz das disposições relativas à estruturação das leis e aos elementos que compõem a parte preliminar do texto legal, assinale a alternativa correta.

- a) A parte preliminar da lei é composta exclusivamente pela epígrafe e pela ementa, destinando-se à identificação formal da espécie normativa e de seu conteúdo.

- b) A parte normativa da lei compreende, além das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação.
- c) A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, identifica numericamente a lei e é formada pelo título da espécie normativa, pelo número correspondente e pelo ano de promulgação.
- d) A ementa integra a parte final da lei e tem por finalidade indicar as medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo.
- e) O preâmbulo e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas integram a parte final da lei, por se referirem à eficácia temporal e material do texto legal.

72. No que se refere à técnica legislativa aplicada à redação das leis, especialmente quanto ao preâmbulo e ao conteúdo do primeiro artigo do texto legal, assinale a alternativa correta, conforme as disposições apresentadas.

- a) Como regra geral, cada lei deve tratar de um único objeto, excetuadas as codificações, sendo vedada a inserção de matéria estranha ou não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.
- b) O âmbito de aplicação da lei deve ser definido de maneira genérica, a fim de permitir interpretação extensiva conforme a evolução técnica ou científica da matéria.
- c) O preâmbulo é elemento obrigatório para a definição do âmbito material da lei, devendo conter, além da base legal, a delimitação técnica de sua aplicação.
- d) O preâmbulo destina-se a indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, cabendo ao primeiro artigo apenas explicitar a base legal do ato normativo.
- e) O primeiro artigo da lei deve indicar exclusivamente o objeto do diploma normativo, sendo vedada a menção ao âmbito de aplicação, que deve constar do preâmbulo.

73. No que se refere à técnica legislativa aplicada à disciplina da vigência, da vacância e da revogação das leis, assinale a alternativa correta, conforme as normas transcritas.

- a) Um mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, desde que a norma posterior trate de matéria correlata, ainda que não haja remissão expressa à lei considerada básica.
- b) A cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” deve ser utilizada, preferencialmente, nas leis de grande repercussão social, a fim de garantir sua imediata eficácia.
- c) A contagem do prazo de vacância legal exclui a data da publicação da lei, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente.
- d) As leis que instituírem período de vacância deverão empregar cláusula específica indicando que a entrada em vigor ocorrerá após decorridos determinado número de dias da publicação oficial.
- e) A cláusula de revogação poderá ser redigida de forma genérica, desde que indique, de modo implícito, a incompatibilidade das normas anteriores com a nova lei.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO NA ALERJ

Emerson Bruno

74. No âmbito do Processo Legislativo e o Regimento Interno da ALERJ, Mariana procura entender as principais competências da Mesa Diretora. Ao explicar suas conclusões para sua amiga Melissa, ambas estudantes para o concurso da ALERJ que se aproxima, conclui incorretamente que compete à Mesa da Assembleia:

- a) Dirigir todos os serviços administrativos da Assembleia que não sejam de atribuição regimental do Primeiro-Secretário.
- b) Autorizar a abertura de licitação ou a sua dispensa, e declarar os casos de inexigibilidade, quando de sua competência.

c) Declarar a perda de mandato de Deputado por quebra de decoro parlamentar previsto nos incisos III, do art. 55 da Constituição Federal, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo.

- d) Encaminhar ao Tribunal de Contas a prestação de contas em cada exercício financeiro.
- e) Nomear, promover, comissionar, pôr em disponibilidade, demitir, exonerar e aposentar funcionários.

75. Roberto é Professor de Direito na UERJ, ao preparar uma questão sobre Processo Legislativo para os seus alunos de Pós-Graduação, insere uma afirmativa que não encontra correspondência com o Regimento Interno da ALERJ. Assinale tal assertiva.

- a) A proposta de emenda à Constituição será despachada pelo Presidente da Assembleia à Comissão de Emendas Constitucionais e Votos, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco dias úteis, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer.
- b) Somente perante a Comissão de Emendas Constitucionais e Votos poderão ser apresentadas emendas, com o mesmo quórum mínimo de assinaturas de Deputados, nas primeiras cinco sessões do prazo que lhe está destinado para emitir parecer.
- c) A proposta de emenda à constituição será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de quinze dias.
- d) Será aprovada a proposta de emenda à Constituição que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos membros da Assembleia, em votação nominal.
- e) Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuto neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e à apreciação dos projetos de lei.

76. De acordo com o Regimento Interno da ALERJ, marque a afirmativa correta sobre o processo legislativo para aprovação dos projetos de Lei Complementar e de Codificação.

- a) O projeto de lei complementar à Constituição será considerado aprovado se obtiver o voto favorável de dois terços dos membros da Assembleia, aplicando-se-lhe as normas de tramitação do projeto de lei ordinária.
- b) Ao projeto de lei orgânica ou estatutária se aplicam as normas de tramitação do projeto de lei ordinária, salvo quanto aos prazos regimentais, que serão contados em dias úteis.
- c) As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Constitucional Complementar e Códigos serão facultativamente ouvidas e poderão oferecer parecer circunstanciado em todas as matérias em plenário.
- d) Ao projeto de código na esfera estadual se aplicam as normas de tramitação do projeto de lei ordinária, salvo quanto aos prazos regimentais, que serão contados em dobro.
- e) O projeto de lei complementar será considerado aprovado se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Assembleia, aplicando-se-lhe as normas de tramitação da proposta de emenda à Constituição.

77. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, acerca da iniciativa popular para apresentação de projeto de lei, assinale a alternativa correta.

- a) A iniciativa popular exige a subscrição de, no mínimo, dois décimos por cento do eleitorado estadual, concentrados exclusivamente na capital do Estado.
- b) As assinaturas dos eleitores deverão conter apenas o nome completo e o número do título eleitoral, sendo dispensável a indicação de endereço.
- c) É vedado o patrocínio de projeto de lei de iniciativa popular por entidade da sociedade civil, sob pena de nulidade da proposição.

d) O projeto de lei de iniciativa popular deverá ser protocolizado diretamente perante o Plenário da Assembleia Legislativa, cabendo à Mesa Diretora a análise do mérito da proposição.

e) A iniciativa popular pode ser exercida mediante projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois décimos por cento do eleitorado do Estado, distribuídos em pelo menos dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles, observadas as exigências formais previstas no Regimento.

78. Nos termos do Regimento Interno, acerca do plebiscito popular relativo a questão relevante para os destinos do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A proposição de plebiscito popular somente poderá ser apresentada por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Estado, sendo vedada a iniciativa parlamentar.
- b) A proposição de plebiscito, quando apresentada por dois quintos dos Deputados, tomará a forma de projeto de lei e será submetida ao Plenário em dois turnos de votação.
- c) As comissões permanentes dispõem do prazo de quinze dias para oferecer parecer, sendo a matéria apreciada pelo Plenário em votação simbólica.
- d) A proposição de plebiscito deverá ser devidamente fundamentada, será apreciada em turno único de discussão e votação nominal, e será considerada aprovada se obtiver maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia.
- e) A aprovação da proposição de plebiscito exige maioria simples dos votos, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia.

79. Durante a tramitação de determinado projeto de lei na Assembleia Legislativa, uma comissão permanente deliberou sobre a realização de audiência pública destinada a instruir a matéria e a debater assuntos de relevante interesse público relacionados à sua área de atuação. No curso das discussões, surgiram dúvidas quanto à iniciativa para requerer a audiência, à participação de entidades da sociedade civil, à forma de aprovação do requerimento e à condução dos trabalhos durante a reunião.

À luz do Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- a) A realização de audiência pública depende exclusivamente de deliberação da maioria absoluta dos membros da comissão, sendo vedada a iniciativa por entidade da sociedade civil.
- b) Quando o pedido de audiência pública partir de entidade da sociedade civil credenciada pelo Fórum Permanente de Participação Popular no Processo Legislativo e tiver por objeto matéria legislativa em tramitação, a aprovação de sua realização será automática.
- c) Aprovada a audiência pública, caberá à Mesa Diretora relacionar os convidados e expedir os convites às autoridades e especialistas a serem ouvidos.
- d) Na audiência pública, os convidados poderão ser aparteados pelos membros da comissão, desde que se mantenham dentro do tema em debate.
- e) Os convidados disporão de prazo mínimo de dez minutos para exposição, sendo vedada qualquer prorrogação, ainda que por deliberação da comissão.

80. Durante o curso da legislatura, determinado Deputado Estadual comunicou à Presidência da Assembleia Legislativa sua intenção de afastar-se temporariamente do território nacional. Em outro momento, o mesmo parlamentar foi citado em investigação criminal, ocasião em que se discutiram os limites de suas imunidades parlamentares. Posteriormente, desvinculou-se da bancada partidária à qual pertencia, levantando questionamentos quanto à manutenção de cargos e funções por ele exercidos no âmbito da Casa Legislativa.

Considerando as disposições regimentais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- a) O afastamento do território nacional depende de autorização prévia do Plenário da Assembleia Legislativa, sendo dispensável a indicação da duração estimada do afastamento.
- b) Os Deputados Estaduais somente passam a gozar de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos após a posse, não se estendendo tal garantia ao período compreendido entre a diplomação e a investidura no mandato.
- c) Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença da Casa, sendo ainda assegurado o direito de não testemunhar sobre informações obtidas ou prestadas em razão do mandato.
- d) O Deputado que se desvincular de sua bancada perde automaticamente todos os cargos e funções que ocupar na Assembleia Legislativa, inclusive aqueles exercidos no âmbito da Mesa Diretora.
- e) A imunidade parlamentar afasta, em qualquer hipótese, a possibilidade de prisão do Deputado, ainda que em flagrante de crime inafiançável.

Discursiva

Texto Motivador

Em março de 2025, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou um complexo Projeto de Lei que reestrutura a carreira dos servidores da saúde. O Autógrafo foi remetido ao Governador do Estado, que, dentro do prazo constitucional de quinze dias úteis, decidiu sancionar a maior parte do texto, mas vetou parcialmente três artigos por considerá-los contrários ao interesse público. Imediatamente após a aposição do veto, o Governador promulgou e mandou publicar a parte sancionada (não vetada) da lei. O veto parcial foi encaminhado à ALERJ. Após quarenta dias sem deliberação, a pauta foi trancada. Posteriormente, o Plenário rejeitou o veto governamental. O Governador, contudo, manteve-se inerte quanto à promulgação da parte cujo veto foi derrubado.

Comando da Questão

Considerando a situação hipotética e as normas do Regimento Interno da ALERJ e da Constituição Estadual, redija um texto dissertativo sobre o processo legislativo na fase de sanção, veto e promulgação. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes tópicos:

1. A constitucionalidade da conduta do Governador ao promulgar a parte não vetada antes da análise do veto pela Assembleia, à luz da jurisprudência do STF.
2. O procedimento de apreciação do veto pela ALERJ, detalhando prazo para trancamento de pauta, quórum para rejeição e modalidade de votação.
3. A competência sucessiva para a promulgação da lei no caso de rejeição do veto e inércia do Chefe do Poder Executivo.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>